

# Revista Filosófica de Coimbra

---

VOL. 9 • N.º 17 • MARÇO 2000

---

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *O século da hermenêutica filosófica: 1900-2000*

FERNANDA BERNARDO — *Da responsabilidade ética à ético-político-jurídica: a incondição da responsabilidade ética enquanto incondição da subjectividade segundo Emmanuel Lévinas (II)*

DIOGO FERRER — *O nacionalismo de Fichte e a transformação da doutrina da ciência*

ANGEL MUNÓZ GARCÍA — *Guillermo Ockham y su definicion de signo divagaciones en torno al capítulo 1 de la Summa Logicae*

JEAN-PIERRE BASTIAN — *La mediation du corps dans le pentecôtisme*

**Mariano Álvarez Gómez / M.<sup>a</sup> del Carmen Paredes Martín (eds.),**  
*Razón, Libertad y Estado en Hegel. I Congreso Internacional*  
*(5 – 9 de Mayo de 1998) – Sociedad Española de Estudios sobre*  
*Hegel, Aquilafuente 12, Ediciones Universidad de Salamanca,*  
*Salamanca, 2000, 344 páginas.*

De 5 a 9 de Maio de 1998 decorreu em Salamanca, nas instalações da Universidade, o primeiro Congresso Internacional da *Sociedad Española de Estudios sobre Hegel* (fundada em 1996) cujos trabalhos se subordinaram ao título geral *Razón, Libertad e Estado en Hegel*. As actas foram recentemente publicadas nas Ediciones Universidad de Salamanca, graças ao diligente secretariado da Prof. Doutora M.<sup>a</sup> del Carmen Paredes Martín.

Como explica nas páginas de apresentação o presidente desta sociedade científica dedicada à investigação de temas sobre Hegel, o Prof. Doutor Mariano Álvarez Gómez, foi finalidade deste congresso internacional aprofundar o conhecimento de Hegel. Para Álvarez Gomez, a consciência da distância histórica que nos separa de Hegel e do seu tempo não permite aos contemporâneos concordar com o que Tolstói afirmou sobre a identificação entre a Filosofia hegeliana e a própria Verdade. A retórica da identificação com Hegel deve dar lugar a um confronto sério, o que naturalmente implicará “estudar” ou, citando H. G. Gadamer, conduzirá a uma ida à escola com o fim de melhor “soletrar” o dito do pensador.

Na realidade, o confronto com Hegel coloca-nos mesmo o problema de saber como separar justificadamente entre a deformação do pensamento do filósofo e a interpretação criativa. Esta tarefa é tanto mais importante quanto a História da recepção de Hegel e do hegelianismo é, ela mesma, a História desta permanente oscilação e deste permanente equívoco.

Dever-se-ia mesmo perguntar em que ponto nos situámos nós próprios, participantes no Congresso, neste fluxo histórico e nas suas equívocidades.

O congresso foi organizado numa base dualista, nele se distinguindo conferências de carácter mais abrangente e as comunicações destinadas aos participantes mais jovens, cuja duração não excedeu os vinte minutos. As presentes actas são disso o reflexo escrito.

Como acontece em muitos encontros internacionais, também neste é difícil condensar em poucas ideias comuns aquilo que constituiu o vértice das diferentes intervenções. Naturalmente, o título do próprio congresso pode servir de significativa da diversidade. No entanto, a riqueza dos temas, o grau de especialização de algumas intervenções e as diferentes orientações levam a afastar a ideia de uma qualquer convergência vincada entre os intervenientes. De saudar, contudo, uma mesma atitude visível em muitos: o abandono

de uma abordagem abstracta da obra hegeliana, que esqueceu, durante longos anos, a importância da História da recepção dos conceitos e temas do filósofo no modo como acedemos, quer como filósofos quer como técnicos da História da Filosofia, até ao *corpus*; a atenção à textualidade do pensamento e, consequentemente, o abandono das ideias gerais na abordagem de temas e conceitos. Esta dupla tendência é prova de que não há qualquer oposição rígida entre texto e história.

*Fundamentos racionais da Liberdade* é o título da intervenção de E. Albizu, que se concentra na análise da vertente social e política do conceito hegeliano de liberdade. Para o fazer, o autor não se limita a uma abordagem do conteúdo dos textos de Hegel sobre a liberdade mas, partindo de um conhecimento profundo das *Grundlinien*, E. Albizu procura aperceber-se da situação social e política do post-hegelianismo, a propósito da sociedade civil na época da mundialização. Em três laços conceptuais se articula a estratégia desta intervenção: a sociedade civil entendida como mercado simbólico; a “*koinonia politiké*” que desemboca nas formas actuais do Estado dominado pelas corporações; o “*principium individuationis*” contemporâneo como pertença do indivíduo a corporações.

Também M. Álvarez Gómez explora o conceito hegeliano de liberdade na sua contribuição *A autodeterminação do Conceito e o sentido da Liberdade*, numa orientação mais voltada para a análise do seu estatuto lógico na *Ciência da Lógica*, especialmente no terceiro livro. A sua conferência ambicionava ainda capturar a articulação entre certas categorias da *Lógica* e a sua aplicação às *Filosofia Reais*.

O principal problema que enfrenta o autor é o do condicionamento recíproco entre a liberdade como autoprodutividade e o Conceito no movimento do saber de si mesmo, que pode ler-se na sintética expressão de Hegel, segundo a qual “no Conceito se abriu o reino da Liberdade”. O raciocínio do conferencista levou-nos, primeiramente, à concepção hegeliana da substância e, depois, ao modo como em torno dela se dão, progressivamente, três incorporações teóricas muito decisivas: a incorporação do espinosismo, da monadologia e da unidade da auto-apercepção kantiana. Por fim, mostra-se como só com base no conceito de Espírito se pode dar uma última integração de todos os aspectos requeridos para atribuir sentido à identidade entre substância e liberdade. O postulado à luz do qual a substância é sujeito é, no fundo, aquele que permite compreender as palavras do conferencista ao enunciar a sua tese: *não é, pois, a substância o modelo do conceito ou a necessidade o modelo da liberdade, mas justamente o contrário*. Depois de elucidar as conexões entre o conceito de Conceito, a substância e a liberdade trata-se de explicar que relação mantém o Conceito com as determinidades e com os indivíduos. Referindo-se a T. Adorno, o autor considera inadequada a perspectiva que tomou o Espírito como uma totalidade envolvente, que dissolvia sob o seu poder toda a determinidade individual. A exposição passa mesmo a concentrar-se na denúncia desta interpretação errónea, provando como o Absoluto é uma tensão interna e não pura anulação das determinidades.

Um aspecto determinante na crítica deste tópico da História da recepção é a diferença estabelecida por Hegel no conceito de *Cosa* entre esta última no seu ser imediato e ela mesma enquanto totalidade do saber de si. Há no saber da coisa e nela mesma uma “quebra”, um hiato, o que se reflecte no dito de Hegel sobre a verdade da coisa em si quebrada, originando o aspecto do ser e o aspecto do dever ser. Esta diferença entre ser imediato e saber (dever ser da coisa) é utilizada pelo conferencista na sua própria interpretação da distinção operada pelo filósofo, pressionado pelos críticos das *Grundlinien*, entre *Wirklichkeit*, *Existenz* e *Erscheinung* no § 6 da *Enciclopédia*. Em sede lógica, parte deste problema da tensão entre ser e dever ser parece residir na proximidade entre o conceito geral de juízo, simultaneamente como *innere Beziehung* e *ursprüngliche Teilung*, e a ideia de uma divisão ontológica originária, em que a unidade se desdobrava nas suas diferenças, ideia que Hegel muito cedo recebeu do fragmento *Urteil und Sein* de Hölderlin.

Das reflexões sobre o segundo capítulo do terceiro livro da *Ciência da Lógica*, que se desdobra nas subdivisões “Mecanismo”, “Quimismo”, “Teleologia”, extrai M. Álvarez Gómez a conclusão de que o tipo de objectividade da coisa no mecanismo universal promove um conceito de autonomia em tudo diferente do conceito de autonomia da vontade livre, do mesmo modo que, na Lei científica, se coloca de novo o dever ser da coisa (que é a própria Lei) em oposição ao ser. Com isto se conclui a parte negativa da análise do conceito de liberdade, a parte que se destinava a demarcar a concepção do ser livre da esfera objectiva, exterior. Começa então, o ensaio de explicar como esta exterioridade indiferente deve ser vencida pela liberdade como conceito subjectivo, até que a distinção entre o *em si* e o *para si* se veja, ela mesma, posta em causa, na *Ideia*.

Numa intervenção mais preocupada com aspectos de teoria política contemporânea e os ecos de Hegel nos nossos dias G. Amengual Coll reflectiu sobre *Individualismo e Comunitarismo na Filosofia do Direito de Hegel*, mostrando como o modelo comunitarista clássico continua muito influente na *Rechtsphilosophie* e ultrapassa, no significado de conjunto, os núcleos doutrinários individualistas. Sustenta o conferencista a sua interpretação no facto de Hegel ter tentado a síntese entre mundo antigo e mundo moderno numa moldura própria da tradição antiga, que ele reconceptualizou na ideia de Estado. A sua intervenção procura demonstrar esta ideia geral mediante análises de conceitos fundamentais da Filosofia do Direito de 1820.

P. C. Galán discute na sua comunicação o uso e o abuso de duas categorias do discurso hegeliano, que gozaram de grande divulgação contemporânea, graças, sobretudo, à recepção por L. Feuerbach (alienação religiosa) e pelo marxismo (alienação sócio-económica): *Entäußerung* e *Entfremdung*. Aquilo de que se trata, antes de tudo, é de saber se estamos perante categorias confundidas pelo próprio Hegel ou se, pelo contrário, no discurso hegeliano da *Fenomenologia do Espírito* (em especial na secção VI. B. *Der sich entfremdete Geist*) a objectivação de si é claramente distinguida da alienação. O autor vai neste último sentido e não considera necessário o recurso de G. Luckács ao exame da “Tragédia no ético” do “jovem Hegel” para chegar a uma conclusão que se evidencia pela leitura da *Fenomenologia*. A linha de confusão entre as duas categorias prolonga-se, depois de G. Luckács e com outros pressupostos, na leitura de J. Hyppolite, e passa do domínio interpretativo para as traduções da obra hegeliana (J. Hyppolite e W. Roces). P. C. Galán prossegue a sua análise com esclarecimentos semânticos relativos às duas categorias e com a análise do significado filosófico de cada uma delas na obra de Hegel, para concluir com a ideia de que a objectivação típica da *Entäußerung* não pode limitar-se à alienação sócio-económica e política característica da *Entfremdung*.

De Félix Duque Pajuelo lemos um esforço de visão panorâmica do pensamento de Hegel, subordinado ao título *Pensando en Libertad las Razones de Hegel*. O que motiva esta comunicação é o ensaio de demonstração, mas a propósito de Hegel, da ideia segundo a qual não há três reinos em si opostos (o do pensamento, o da linguagem e o da realidade) que exteriormente ficariam ligados graças a uma intervenção inexplicável. Para o autor, a consciência, a linguagem e a realidade são momentos de uma mesma totalidade que garante a sua harmonia e inteligibilidade. O problema começa quando se trata de interpretar o sentido desta totalidade e F. Duque Pajuelo rejeita a versão comum que parte de uma cognoscibilidade directa do Todo para o conhecimento das partes. A articulação entre todo e partes submete-se no empreendimento hegeliano à prova das três vias: pelo pensamento subjectivo, pela rede de significados e pelas coisas objectivas. Estes momentos podem ser reconstruídos em três obras fundamentais de Hegel: na *Fenomenologia*, na *Ciência da Lógica* e, mais ambiguamente, na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*. O autor procurou, em poucas páginas, salientar a coerência do projecto hegeliano de uma concepção desta totalidade, percorrendo os seus diferentes membros.

H.-J. Gawoll assina um contributo sobre a relação entre Hegel e Jacobi, *Von der Unmittelbarkeit des Seins zur Vermittlung der Substanz. Hegels Ambivalentes Verhältnis zu Jacobi*, onde tenta perspectivar o significado do pensador Jacobi na formação de uma “nova orientação na Filosofia”, procurada por Hegel. O autor começa por nos lembrar como a presença de Jacobi na génese do chamado Idealismo Alemão esteve associada, primeiramente, à sua apresentação e crítica de Espinosa para se desenrolar, depois, tanto na crítica às pretensões hegemónicas da subjectividade transcendental de Fichte como, também, por fim, na rejeição do programa de Schelling de uma *Filosofia da Natureza*, que não deixava lugar para o conceito de um Deus pessoal. O que interessa a H.-J. Gawoll não é este contexto na sua totalidade, mas sim captar a importância que tiveram os escritos de Jacobi na História do Desenvolvimento do pensamento hegeliano. Assim, começa por referir o testemunho de K. Rosenkranz, segundo o qual Hegel e um conjunto de amigos teriam lido de Jacobi não só o escrito sobre a doutrina de Espinosa como também os romances *Woldemar* e *Allwill*, logo na época dos estudos em Tübingen. O conferencista corrige, contudo, a impressão de uma eventual limitação da influência de Jacobi aos anos de aprendizagem com a referência a uma carta de Hegel a Niethammer de 26 de Março de 1819, em que o filósofo elogiava, junto do seu amigo, a influência benéfica de Jacobi como estímulo para a Filosofia. H.-J. Gawoll revela-nos três cenários na história da recepção de Jacobi por Hegel. Um primeiro que se desenrola em torno dos escritos juvenis, em que se dá uma apreciação positiva; um segundo momento de viragem em que Jacobi é apreciado à luz das novas necessidades do sistema; um terceiro e último momento, em que o filósofo promove uma nova integração do pensamento da unidade na Dialéctica da maturidade. Estes três cenários são designados, respectivamente, por “reabilitação da imediatude”, “revisão crítica da imediatude” e “dinamização da imediatude”. No percurso do desenvolvimento de Hegel tomam relevo temas provenientes de Jacobi como o tema da Filosofia da unidade, da exterioridade de um Ser em relação à consciência solitária e ainda o tema da importância relativa do conhecimento imediato. Nos fragmentos de Hegel de Tübingen, Berna e Frankfurt, estudados por H.-J. Gawoll, que se desenvolvem no espaço de tempo entre 1793 e 1800, o tema nuclear da crítica da religião objectiva e do seu dogmatismo serve de projecção de um *Monismo da Vida* e de ponto de ancoragem para certos filosofemas de Jacobi. Os textos de Frankfurt com o título *Glauben und Sein* revelam como Hegel tem em vista a discussão das condições de acesso, no fenómeno da crença, a uma realidade independente da consciência individual (o *Ser*). Esta preocupação não pode desvincular-se da leitura de Jacobi e do privilégio por este atribuído às formas de conhecimento imediato de Deus. O *Fragmento de Sistema* de 1800 estaria igualmente afectado por esta orientação. Nesta época, a diferença entre Hegel e Jacobi deve ser procurada no facto de Hegel pretender emprestar à Filosofia um papel propedéutico de acesso à verdade do Absoluto. Este paradoxo é claramente enunciado por H.-J. Gawoll ao caracterizar este procedimento como uma “Theorie der vermittelten Unmittelbarkeit”. Hegel altera esta sua posição acerca de Jacobi e do seu papel para a construção do ponto de partida da Filosofia ao longo dos anos de Jena, nomeadamente na *Differenzschrift* e, depois, continuando os pressupostos da viragem, em *Glauben und Wissen*. Aqui, trata-se de um juízo negativo sobre o ponto de partida teórico de Jacobi, pelo facto de não ter conseguido transcender o finito e por ter ficado preso nas malhas do entendimento finito, verdadeiro gerador das oposições e dualismos, que a Razão deveria tentar dissolver numa superior unidade. Jacobi vê-se, portanto, envolvido na crítica que Hegel lança à separação metodológica entre reflexão e especulação. Depois de alguns anos de silêncio, as observações de Hegel sobre Jacobi regressam na *Ciência da Lógica* e numa recensão do terceiro volume das *Obras* de Jacobi, da época de Heidelberg. A nova apreciação de Hegel já conta com os resultados do afinamento da Dialéctica e o que tenta obter é a integração

do conceito de imediate e do saber imediato no movimento negativo do Conceito. A correcta interpretação do *Hen kai pan* terá, então, de conduzir ao pensamento da “mediação do imediato” e à concepção de uma ultrapassagem dialéctica das oposições que a reflexão finita determinou e isolou.

Com a sua intervenção, *Razionalità del Reale e Educazione alla Politica in Hegel*, D. Losurdo propôs uma interpretação do dito da *Filosofia do Direito* sobre a identidade entre realidade efectiva e razão, não sem reconhecer que o lema do Prefácio da obra de 1820 originou já inteiras bibliotecas. Este estudo surge na linha das obras anteriores de D. Losurdo, sempre muito detalhadas do ponto de vista da abordagem histórica e com conclusões filosóficas muito sugestivas. Dito muito resumidamente, o que o estudo ilustra é a convergência histórica entre alguns tópicos de época do Romantismo e a categoria filosófica do *Dever* nas obras de Kant e de Fichte. Esses tópicos não pertencem somente à História da Literatura e da Arte, mas acabam por ter consequências políticas muito vastas, nomeadamente no que se refere ao entendimento da relação entre subjectividade, vida prática e intervenção política. A nova retórica em torno da subjectividade *auto-encarecida* é contemporânea da generalização do descontentamento com os resultados da Revolução em França, de que a evolução de Klopstock, que o conferencista toma como exemplo, começa logo por dar sinais. Uma ida para dentro de si e a coincidência entre o mundo fantástico da arte e a “profundidade” do sujeito estão já presentes em 1800 em alguns escritos de F. Schlegel, publicados na revista *Athenaeum*. Paralelamente, regista D. Losurdo um crescimento de importância da temática do regresso à natureza e à vida “simples”, outro elemento decisivo para gerar, em conjunto com o primeiro, uma autêntica frente contra uma visão *lúcida* da realidade política, tal como ela se oferecia aos alemães da época. Natureza, Arte e Religião conspiravam no refúgio da consciência romântica contra a coragem ético-política e propunham uma via da evasão do ser e da vida. F. Schlegel, Novalis, Schleiermacher e os *Burschenschaftler* radicais de Jena cultivaram uma espécie de entusiasmo pela interioridade que ora surge como subjectividade criadora na arte ora como entusiasmo religioso ora como convicção moral íntima. Estas tendências apresentam características doentias. D. Losurdo mostra o caminho que leva desde o culto da “nostalgia” e da “melancolia” até à hipocondria como “doença nacional alemã”. Estes tópicos da cultura romântica acabam por confluír, assim se pode concluir da tese do conferencista, com a tematização por Kant e Fichte do dever prático, que permanece sempre para além de uma efectivação real. Este sempre “além” do real é o ingrediente hipócrita, que faltava introduzir neste clima intelectual, para encobrir a verdade de época do povo alemão, como povo incapaz de vida política prática, no pólo oposto aos franceses. Depois de nos mostrar a natureza deste conluio entre o *Sollen* kantiano e fichteiano, a cultura romântica do sujeito e a “doença nacional alemã”, D. Losurdo atravessa com a sua análise as diferentes etapas da crítica hegeliana desta situação, desde os fragmentos sobre a *Constituição da Alemanha* até à *Filosofia do Direito* de Berlim, com o objectivo de esclarecer os pressupostos da proposição da identidade entre realidade efectiva e razão.

M.<sup>a</sup> del Carmen Paredes Martín, *Los Límites de la Razón Escéptica*, assina um pequeno e interessante resumo do ensaio jenense de Hegel sobre o cepticismo. Depois de situar convenientemente a História do cepticismo antigo nos seus pilares mais importantes, a autora passa a analisar a interpretação hegeliana do *Parménides* de Platão como “o documento e o sistema mais completo e consistente do autêntico cepticismo”. Segue-se a exposição do texto de Hegel nos seus principais argumentos para, no fim, nos apresentar um enquadramento mais geral das observações de Hegel e a sua relação com obras posteriores como a *Fenomenologia do Espírito*.

Com o título *La inexpresividad del Lenguaje* assina José M.<sup>a</sup> Ripalda um comentário do conceito hegeliano de linguagem, de signo e símbolo na época entre 1805 / 06 e

1817 /27 /30, ou seja, reportando-se à comparação entre a *Filosofia Real* de 1805 / 06 e a *Enciclopédia*. Esta intervenção não se separa do enunciado do que poderíamos chamar um diagnóstico de época e que se exprime na ideia de uma exterioridade não superável entre os referentes dos discursos e as “imagens, tópicos e sistema”. Do ponto de vista da referência textual, trata-se de uma análise da interpenetração entre signo, símbolo, arte e religião em textos fundamentais de Hegel sobre a linguagem, no quadro da organização enciclopédica do *sistema*. O autor discute a questão do estatuto do símbolo nesta concepção da linguagem tanto em associação com a crítica do catolicismo como em relação com a crítica dos românticos. Com o sentido de captar a razão de ser da posição de Hegel a respeito do signo e do símbolo, articula depois J. M<sup>a</sup> Ripalda a sua interpretação com as de P. de Man e de J. Derrida. É em torno da interpretação de *Le Puits et la Pyramide* que nos mostra como Hegel teve dificuldade em “formular definitivamente” a exterioridade não expressiva da linguagem e em articular, por conseguinte, o signo fora da economia da rememoração de significados ou da passagem da alma no corpo. Acaba por concordar, portanto, com o essencial do escrito de J. Derrida, embora, por fim, considere que este último possa ter sido construído com um excesso de referência à intencionalidade husserliana e tenha dado a ler Hegel à luz da sua própria crítica do sentido e do “querer dizer” na Fenomenologia de Husserl. Para além disto, J. M<sup>a</sup> Ripalda chama a atenção para a decisiva presença de J. Hyppolite na formação destas interpretações do conceito de linguagem de Hegel.

Numa exposição muito detalhada, *La Recepción de la Filosofía de Krause en la Alemania posthegeliana*, Enrique M. Ureña oferece na sua contribuição um precioso panorama das publicações periódicas de cariz filosófico-literário e de intervenção política, saídas na Alemanha na década de quarenta do século XIX, com o objectivo de salientar os caminhos cruzados da influência de Hegel e da sua escola e da influência de Karl C. F. Krause. Trata-se de um útil documento para a História da recepção do hegelianismo e do krausismo.

Ramón Valls abriu o congresso com uma conferência sobre o conceito de liberdade política enquanto interacção de liberdades em Hegel. Formulou logo de início um conjunto de problemas sobre o estatuto do conceito de liberdade na *Fenomenologia do Espírito* e na *Enciclopédia*, que foi elucidando ao longo da exposição. Um deles é o problema de saber qual o alcance da noção intersubjectiva de liberdade em Hegel. A tese desta conferência de Ramón Valls pode resumir-se no seguinte. Se o Estado não pode, hoje, ser considerado como o centro de realização da liberdade, devemos perspectivar os núcleos intersubjectivos da sua efectivação, os únicos, aliás, a darem alguma garantia de uma superação do egoísmo típico das sociedades contemporâneas. Contra o dito de M. Theunissen sobre uma “repressão da intersubjectividade” na obra hegeliana da maturidade, R. Valls sustenta que isso não acontece, mas antes assistimos a um deslocamento para um segundo plano. Termina o seu texto com a convicção de que podemos superar o nosso limitado egoísmo, se soubermos compreender que a liberdade como autodeterminação significa autodeterminação recíproca.

Doze comunicações de conferencistas mais jovens, de Espanha e Portugal, ocupam as últimas páginas deste volume (229-344). Seria impossível, neste espaço, sintetizar tudo o que de interessante se contém nestas intervenções, tal é a diversidade dos caminhos percorridos.

Edmundo Balsemão Pires